

AÇÕES PRELIMINARES À AVALIAÇÃO

1. Fazer leitura do PDI;
2. Analisar os relatórios de auto-avaliação da IES que deverão ser fornecidos pela mesma;

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. Observar, para cada indicador, o critério referencial mínimo de qualidade;
2. Cotejar criteriosamente, para cada indicador, o respectivo referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e com as condições apresentadas in loco pela IES;
3. Atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões avaliativas, nos quadros “CONCEITO DA DIMENSÃO”;
4. Levando-se em conta as análises dos respectivos indicadores da dimensão, a atribuição dos conceitos deve ser feita da forma seguinte:

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade;
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade;
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

5. Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões deverão ser descritos de forma contextualizada, abrangente, coerente e sintética nos quadros “CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO”. Desta forma, os avaliadores deverão ajustar o texto referente às considerações ao respectivo espaço disponível em cada dimensão (planilha);

AÇÕES PRELIMINARES À AVALIAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

6. Os avaliadores deverão encaminhar uma cópia da planilha no formato do Excel ao Conselho Estadual de Educação por meio do e-mail cida@cee.sc.gov.br;
7. A Comissão deverá entregar uma cópia digital do relatório de avaliação à Instituição, assim como entregar 03 (três) cópias originais do relatório formalmente assinadas e rubricadas na Instituição objeto da avaliação in loco;
8. A planilha é protegida e somente as células para registro dos conceitos dos indicadores e aquelas referentes as análises permitem edição, as demais são bloqueadas e constituem itens estáticos definidos no manual de avaliação do INEP/MEC;
9. Manter sempre a coerência entre a análise quantitativa e a análise qualitativa;
10. Consultar o Glossário do Manual de Avaliação Externa, emitido pelo INEP e disponível na página do Conselho, sempre que se fizer necessário;
11. Este instrumento foi elaborado no Microsoft Excel 2007, logo, esta é a versão adequada para o preenchimento do relatório de avaliação. Apesar do Excel 2007 possuir compatibilidade com as versões anteriores, caso a Instituição opte por utilizá-las, alguns recursos poderão não funcionar conforme planejado e causar problemas no fechamento dos trabalhos da Comissão.

GLOSSÁRIO

1 - Área	Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber.
2 - CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	A CAPES, órgão integrante do MEC, possui quatro grandes linhas de ação: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e promoção da cooperação científica internacional.
3 - CPA – Comissão Própria de Avaliação	É uma comissão interna da IES que tem atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP. (Art. 11, Lei 10.861, 14/04/2004).
4 - EAD - Educação a Distância	Processo de ensino-aprendizagem organizado de forma que professores e alunos, mesmo separados fisicamente, se comuniquem por meio de tecnologias de informação e comunicação. Esta separação pode aplicar-se a todo processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios, devendo também envolver estudos presenciais. A educação a distância implica em novos papéis para alunos e professores, novas atitudes e enfoques metodológicos.
5 - Indicador NSA	Um determinado indicador pode receber conceito NSA – “Não se Aplica” quando não diz respeito à IES em avaliação.
6 - Instituição de Ensino Superior – IES	Entidade, pública ou privada, que oferece cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia), também podendo ofertar cursos de pós-graduação e de extensão.

<p>7 - Ouvidoria</p>	<p>Função da Ouvidoria</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receber, analisar, encaminhar e responder ao cidadão/ usuário suas demandas; • Fortalecer a cidadania ao permitir a participação do cidadão; • Garantir ao cidadão o direito à informação; <p>Forma de Atuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ouvir as reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer as dúvidas sobre os serviços prestados; • Receber, analisar e encaminhar as manifestações dos cidadãos aos setores responsáveis; • Acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções e mantendo o cidadão informado; • Responder com clareza as manifestações dos usuários no menor prazo possível. <p>Quem é o Ouvidor?</p> <ul style="list-style-type: none"> • É um docente ou técnico-administrativo facilitador das relações entre o cidadão e a instituição. <p>Função do Ouvidor</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer canais de comunicação de forma aberta, transparente e objetiva, procurando sempre facilitar e agilizar as informações; • Agir com transparência, integridade e respeito; • Atuar com agilidade e precisão; • Exercer suas atividades com independência e autonomia, buscando a desburocratização; • Fomentar a participação do cidadão no controle e decisão dos atos praticados pelo gestor público.
<p>8 - PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional</p>	<p>É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES*, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações da IES*, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Decreto nº 5.773/06)</p>
<p>9 - Pólo de apoio presencial</p>	<p>É um espaço físico para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de cursos a distância.</p>

10 - Referencial mínimo de qualidade do indicador	É o conceito de referência para a condição mínima aceitável de um determinado indicador. Para análise dos indicadores, quando os critérios forem numéricos, sugere-se considerar como “muito além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 50% maior que os valores citados no texto do critério. Considerar como “além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 25% maior que os valores citados no referido texto. Importante: estes percentuais são apenas balizadores para a Comissão de Avaliação, que poderá considerar outros percentuais mais adequados a cada caso.
11 - Regime Horista	Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho definidos neste glossário.
12 - Regime de Tempo Integral	O regime de tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: Nas IES*, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que, pelo menos, 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
13 - Regime de Tempo Parcial	Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
14 - Serviços da biblioteca	Incluem-se entre os serviços da biblioteca: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar, cópias de documentos internamente na IES*, oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior e outros.

15 - Tutores (presencial e a distância)

Atua junto aos estudantes sob estrita orientação e supervisão da equipe de docentes, principalmente como mediador pedagógico e facilitador nos processos de ensino-aprendizagem. É necessária (deve possuir) formação em nível superior, preferencialmente na área do curso onde atuará. Há duas categorias de tutores, em função do local de atuação, bem como das atribuições nos processos de mediação pedagógica, cujas denominações não implicam a determinação de um modelo pedagógico específico, pois servem apenas para referenciar seu local de atuação, podendo inclusive variar conforme diferentes modelos de cursos a distância:

- Tutor a distância – quando o seu local de atuação é a sede da instituição ofertante, isto é, fica “a distância” dos estudantes. Atua em contato mais próximo com os docentes, em disciplina específica, com as seguintes atribuições: orientação de estudantes em seus estudos relativos à disciplina específica, esclarecimento de dúvidas específicas e, em geral, auxilia nas atividades de avaliação. No tocante à rede de comunicação interativa, é responsável pela promoção de espaços de construção coletiva de conhecimento, com as atividades de fóruns de discussão, encontros virtuais, atividades culturais, videoconferências, salas de conversação (chat), correios eletrônicos, mediação por telefone (0800), entre outros. Acompanha a frequência e a participação dos alunos nas diversas atividades, bem como seleciona material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos. Também fazem parte de suas atribuições conduzir processos avaliativos de ensino aprendizagem, além de participar dos trabalhos de planejamento e redirecionamento do projeto pedagógico do curso junto aos docentes.

- Tutor presencial – quando seu principal local de atuação é no pólo de apoio presencial, junto aos estudantes. Atende os estudantes no pólo, especialmente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, notadamente quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Auxilia nos momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e apresentação de trabalhos, atividades coletivas ou individuais, dentre outras. O tutor presencial deve ser capacitado para lidar com as especificidades da educação a distância em sintonia com o projeto pedagógico do curso, do material didático e do conteúdo específico das disciplinas. Deve manter-se em comunicação permanente com os tutores a distância, com os docentes e com a equipe pedagógica do curso. O tutor também pode receber outras denominações: professor-tutor, orientador acadêmico, tutor-orientador, monitor acadêmico, animador, etc.



ESTADO DE SANTA CATARINA CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

(Resolução n. 107/2007/CEE - Decreto n. 1.097, publicado no Diário Oficial do Estado n. 18.307, de 22 de fevereiro de 2008)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

COMISSÃO VERIFICADORA

Portaria n. CEE/SC nº 030/2010

Membros: Dilvo Ilvo Ristoff

Dario de Oliveira Lima Filho

Alexandre Marino Costa

Período de realização da avaliação in loco: 03 a 07/12/2012 e 25/02 a 01/03/2013

DADOS DA AVALIAÇÃO

Dados da Mantenedora

Razão Social: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
CNPJ: 83891283/0001-36
Endereço: Avenida Madre Benvenuta, nº 2007
Município: Florianópolis
CEP: 88035-001
Contato: (48) 3321-8000 - <http://www.udesc.br/>

Dados da Mantida

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Município:
CEP:
Contato:

CAMPI/UNIDADES

Nome: 1. Centro de Educação a Distância - CEAD

Município: Florianópolis

Nome: 2. Centro de Artes - CEART

Município: Florianópolis

Nome: 3. Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID

Município: Florianópolis

Nome: 4. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG

Município: Florianópolis

Nome: 5. Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Município: Florianópolis

Nome: 6. Centro de Ciências Tecnológicas - CCT

Município: Joinville

Nome: 7. Centro de Educação do Planalto Norte - CEPLAN

Município: São Bento do Sul

CAMPI/UNIDADES

Nome:	8. Centro de Ciências Agroveterinárias - CAV
Município:	Lages
Nome:	9. Centro de Educação Superior do Oeste - CEO
Município:	Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos
Nome:	10. Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí - CEAVI
Município:	Ibirama
Nome:	11. Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI
Município:	Balneário Camboriú
Nome:	12. Centro de Educação Superior da Região Sul - CERES
Município:	Laguna
Nome:	
Município:	
Nome:	
Município:	
Nome:	
Município:	

OBSERVAÇÕES

Está também prevista a criação do Campus VII – UDESC Meio Oeste, Centro de Educação Superior do Meio Oeste do Estado – CESMO. A IES informa que esse Centro ainda não foi criado por Decreto, conforme encaminhamento dado pela Resolução nº 010/2010 – CONSUNI, de 09/04/2010, e, portanto, ainda não foi implantado.

Os atuais Estatuto e Regimento Geral da UDESC preservaram as siglas da Faculdade de Educação (FAED), da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) e do Centro de Educação Física e Desportos (CEFID), células originárias da atual UDESC, sendo integrantes, respectivamente, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas e do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A UDESC, com seus doze Centros de Ensino, está presente em todas as mesorregiões do Estado de Santa Catarina. A sua criação como Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina se deu por meio do Decreto Estadual nº 2.802, de 20 de maio de 1965 e o seu Reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 893, de 11 de novembro de 1985. Em 1990 a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina é transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina pela Lei Estadual nº 8.092, de 1º de outubro de 1990, publicada no Diário Oficial nº 14.044, de 04 de outubro de 1990, mantendo a sigla UDESC. O seu atual Estatuto foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.184, de 06 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial do Estado de SC nº 17.859, de 06 de abril de 2006 e o seu atual Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 044/2007-CONSUNI, de 1º de junho de 2007. A UDESC é uma Instituição pública, gratuita, autônoma, mantida pelo Estado de Santa Catarina, vinculada à Secretaria de Educação. Sua estrutura é multicampi e sua atuação vocacionada para o perfil socioeconômico e cultural das regiões do Estado de Santa Catarina. Na última década, a UDESC passa por um período de grande expansão, praticamente triplicando o seu número de cursos e de alunos. Entre os anos de 2001 e 2011 a instituição ampliou de 17 para 47 cursos de graduação (distribuídos em 12 Centros de Ensino) dos quais 46 são presenciais e um, Pedagogia, é oferecido à distância. A UDESC, em consonância com a sua identidade universitária, de instituição de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a produção e a disseminação do saber, oferece ainda 30 cursos de pós-graduação *stricto sensu* – oito doutorados e vinte e dois mestrados.

1 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	CONCEITO	
		5,00
1.1 - Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
1.2 - Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO I

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A Comissão constatou no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES (PDI) que estão claramente definidas Missão, Visão, Valores, Políticas Norteadoras, Objetivos Institucionais, Diretrizes da política pedagógica, Política para a pesquisa, a pós-graduação e a Extensão, Política para a inclusão social, Áreas de Atuação, Programas, Metas, Cronograma de Implantação e Expansão, entre outros elementos fundamentais ao bom funcionamento de uma instituição universitária.

O referido PDI foi elaborado de forma participativa com vistas à construção do futuro da Instituição, entendida como universidade, isto é, instituição autônoma de ensino, pesquisa e extensão, com graduação, especializações, mestrados, doutorados e espaços para estudos avançados.

A IES define assim a sua missão: "A UDESC tem por missão produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do país" e a sua visão como: "Ser uma universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social".

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO I (CONTINUAÇÃO...)

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A análise dos documentos oficiais e o seu cotejamento com a realidade observada mostram que os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional até 2010 têm sido socializados e buscados com determinação nos últimos anos em todos os campi, áreas do conhecimento e atuação, como pode ser amplamente comprovado pelo expressivo crescimento da instituição no ensino, na pesquisa e na extensão, na graduação e na pós-graduação stricto e lato sensu. O mesmo pode ser dito com relação ao Plano 20, reajustável a cada ano, e que estabelece objetivos até 2025. No contexto do indicador "Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional", a Comissão constatou que as propostas estabelecidas indicam boas possibilidades de execução nos prazos definidos, embora o próprio Plano 20 prevê que "a expansão da UDESC em todos os níveis – graduação e pós-graduação -, depende de ampliação de aumento de percentual repasse de recursos financeiros por parte do Governo do Estado de Santa Catarina".

Constatou-se ainda que as metas tanto no PDI quanto no Plano 20 estão definidas em sintonia com as dez dimensões do Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior (Sinaes), o que indica uma grande preocupação institucional com os valores acadêmicos e administrativos professados pela Educação Superior brasileira como um todo e uma valorização da importância de uma profunda articulação entre o planejamento institucional e o processo de auto-avaliação. Entendemos, portanto, que esta dimensão deva ser considerada como muito além do referencial mínimo de qualidade.

2 - A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	CONCEITO	
		4,43
2.1 - Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
2.2 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
2.3 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
2.4 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
2.5 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade
2.6 - Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
2.7 - Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO II

A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Um conjunto de 14 diretrizes definem a política para o ensino de graduação na UDESC, buscando, entre outras, subsidiar a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação às Diretrizes Curriculares Nacionais. Tratam-se de diretrizes que estão em sintonia com as orientações nacionais (e.g., sólida formação geral, articulação entre teoria e prática, valorização da pesquisa, do estágio e da extensão, avaliação periódica, valorização de atividades complementares, disciplinas eletivas e optativas, autonomia profissional e intelectual do aluno, currículos enxutos, aproveitamento da modalidade à distância e das novas tecnologias de aprendizagem nos cursos presenciais). O mesmo pode ser dito com relação à pesquisa, à extensão e a pós-graduação, todas devidamente definidas no Plano 20.a

A política para a pesquisa está definida em dez diretrizes, vinculando o seu desenvolvimento fortemente à consolidação dos mestrados, doutorados e grupos de pesquisa e de iniciação científica, ao desenvolvimento regional, a parcerias com empresas e agências de fomento, apoio a publicação de resultados, produção de periódicos científicos, apoio à Editora da instituição.

A política para a pós-graduação materializa-se com a criação de diversos novos cursos nos últimos anos, traduzindo em realidade o que prevê o Plano 20: “a UDESC, sem descurar o crescimento horizontal e a qualidade dos cursos existentes, perseguirá a consolidação da base de conhecimento necessária à verticalização do seu desenvolvimento institucional. Buscando otimizar a capacidade instalada, fruto de sua política de capacitação docente e de investimentos em sua infraestrutura física, a Universidade do Estado deve implementar seu plano de incremento da pós-graduação stricto sensu e da pesquisa institucionalizada. O crescimento horizontal deve estar orientado como base para o processo de verticalização”.

Também a política institucional de extensão está bem delineada, em sintonia com o papel definido constitucionalmente para as universidades. A integração com a comunidade, a transferência de conhecimento, a busca de conhecimento, em sintonia com o Plano Nacional de Extensão. Constata-se que todos os campi têm forte presença no seu entorno social através de inúmeros projetos de extensão e um aumento expressivo das atividades de extensão da UDESC nos últimos anos.

As políticas para o ensino, a pesquisa, extensão e pós-graduação, portanto, estão adequadamente definidas. Analisados os dados da instituição e realizadas as visitas aos diferentes campi da instituição e em entrevistas com alunos, professores e técnicos-administrativos da IES, a Comissão constatou que estas diretrizes manifestam-se coerentes com as práticas cotidianas na Udesc.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO II (CONTINUAÇÃO...)

A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Os dados revelam que várias ações (crescimento do número de matrículas, aumento expressivo do número de bolsas de iniciação científica - Probic e Pibic - estágio, capacitação, apoio a eventos para discentes e docentes, política de atualização de acervo) e bons resultados (como os alcançados nos últimos ENADEs e crescimento das atividades de extensão e pós-graduação) emanam destas políticas e diretrizes, o que nos leva a considerar este indicador como muito além do referencial mínimo de qualidade.

A UDESC está também credenciada a oferecer ensino na modalidade à distância, tendo o seu Curso a Distância de Pedagogia com Licenciatura Plena sido reconhecido pelo MEC através da Portaria nº 769, de 10 de junho de 2000. Acumulando experiência desde 1999, quando foi implantado o Projeto Piloto do Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade a Distância, o CEAD hoje passa por uma reavaliação. Com o estabelecimento de diretrizes para a Educação a Distância na UDESC pela Resolução nº 20/2010 – CONSUNI, de 10/06/2010, o CEAD adquire novas feições e deve passar a definir as suas atividades em conjunto com as áreas fim da Instituição. Deve, da mesma forma, tornar-se um meio para atender as necessidades das disciplinas a distância de todos os Centros de Ensino e para melhorar o aproveitamento, ainda tímido, dos recursos de EAD pelos cursos presenciais. Trata-se, no entanto, de um processo ainda em implantação. Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão está, portanto, além do referencial mínimo de qualidade.

3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	CONCEITO	
	3.1 - Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.	5,00
3.2 - Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
3.3 - Relações da IES com a sociedade: inclusão social.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
3.4 - Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO III

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A responsabilidade social da Universidade do Estado é nítida sob quatro aspectos: (1) no atendimento à demanda social por ensino superior público e gratuito num estado que até recentemente e durante meio século, só tinha uma universidade federal; (2) no compromisso com o desenvolvimento econômico e social do estado, a empregabilidade, a formação de quadros técnicos e profissionais qualificados e a consolidação no estado de um sistema de pesquisa científica e tecnológica; (3) no compromisso com a preservação e a promoção das artes, letras, da história e da cultura do estado e (4) na busca da sustentabilidade e na preservação do meio ambiente. A UDESC estabeleceu em sua visão:

“Ser uma universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social.”

A responsabilidade social tem sido, pois, um dos fios condutores da sua ação programática. Ao adotar as dimensões do Sinaes, como organizadora das dimensões do seu planejamento institucional definiu o entendimento de que a responsabilidade social da instituição deve ser considerada “especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”.

A Udesc vem implementando ações afirmativas de inclusão social em várias frentes, mas talvez o processo de interiorização da universidade pública e gratuita seja por si só uma política de inclusão das mais importantes no contexto catarinense, contrapondo-se ao processo histórico de litoralização da população. O estabelecimento de políticas de acesso e permanência dos estudantes da UDESC mostrou avanços nos últimos anos, com o seu Programa de Ações Afirmativas, voltado a candidatos oriundos da escola pública, negros, indígenas ou pessoas com deficiência, embora nem todos os cursos da IES mostrem que esta política tenha sido bem sucedida. Este programa deverá sofrer mudanças diante das recentes determinações nacionais, mas os dados indicam que a Udesc vem tomando medidas importantes no sentido de assegurar maior participação de grupos sociais historicamente excluídos da educação superior.

É impressionante o rol de atividades culturais e de lazer que os vários Centros da Udesc promovem. A UDESC tem promovido eventos nas áreas de artes, das manifestações folclóricas, das técnicas artesanais, do esporte, do lazer e da cultura em geral, e todo um conjunto de serviços prestados à comunidade, atividades que vão desde o Serviço do Hospital de Clínica Veterinária; Apoio ao controle de mastite bovina; Desenvolvimento de projetos de coletores solares e biodigestores para a comunidade de Lages/SC; Desenvolvimento de hortas urbanas, – Divulgação de plantas nativas com potencial melífero; Programa de acompanhamento médico veterinário de animais selvagens na Região do Planalto Catarinense; pelo Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO III (CONTINUAÇÃO...)

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

O Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID presta serviços importantes à comunidade, desenvolvendo projetos na área de Psicomotricidade; Estimulação Precoce em Crianças de Alto Risco Social; Prevenção e Reabilitação Cardiovascular, importante serviço que a UDESC passou a prestar à comunidade; Iniciação Desportiva; Colônias de férias, natação comunitária, atividade física para a terceira idade, atendimento fisioterápico entre outros.

No Centro de Ciências da Educação – CCE/FAED destacam-se a atuação de vários Núcleos, entre eles, o Núcleo de Estudos Históricos – NEH; Núcleo de Estudos Ambientais – NEA; Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP; Núcleo de estudos Afro-brasileiros – NEAB, com Projetos de extensão nas diversas áreas do conhecimento do Centro, dentre os quais destacamos os trabalhos do Laboratório de Estudos Climáticos e Oceânicos – LECO; Laboratório de Planejamento Urbano e regional – LPUR e do Laboratório de Cartografia – LCAR.

O Centro de Artes – CEART mostra-se profundamente envolvido com promoções de eventos diversos nas áreas de artes, das manifestações folclóricas, das técnicas artesanais, e da cultura em geral, com perceptível impacto na sociedade. O CEART desenvolve um grande número de Programas na área da Arte, da Música, da Moda, do Teatro, da Dança, do Design, com forte vinculação com as escolas do estado, a cultura, as necessidades, as tendências e possibilidades do estado. Destacamos como marcantes deste compromisso social do Centro o Programa Clubes de Teatro nas Escolas, o Projeto Arte na escola Programa Institucional Rede arte na escola; o Programa de Formação continuada de professores na área de música e o UDESC Musical, entre muitos outros. Destaque-se ainda que a Rádio Udesc promove músicos compositores de Santa Catarina, divulgando sua produção. Em 2009 o Projeto de Extensão Audiodesigners Rádio UDESC FM recebeu equipamento para viabilizar a digitalização de discos de vinil, muitos deles raros no mercado.

O Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, por sua vez, mostra forte compromisso social através de programas como o Programa de Atendimento a Jovens e Adolescentes, que desenvolve projetos comunitários na área do esporte, Educação Continuada de Jovens e Adolescentes; Pré-vestibular comunitário, sessões de cinema para a comunidade na hora do almoço; Echolink – Radioamadorismo Via Internet para a Defesa civil; Programa de Atendimento jurídico à comunidade em nível de consultoria; Informática no bairro Jardim Edilene; Informática para a Comunidade Carente; Informática na Escola Municipal Celso Ramos; Projeto Vôo Livre – Univ. para a Terceira Idade; Programa de Inclusão Digital, com Informática para Terceira Idade; Informática para Escolas Públicas; Informática nos bairros; Informática na Escola; Operacionalização do Consórcio Quiriri através de Atividades Ambientais; Programa - Software Livre na Comunidade, entre muitos outros.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO III (CONTINUAÇÃO...)

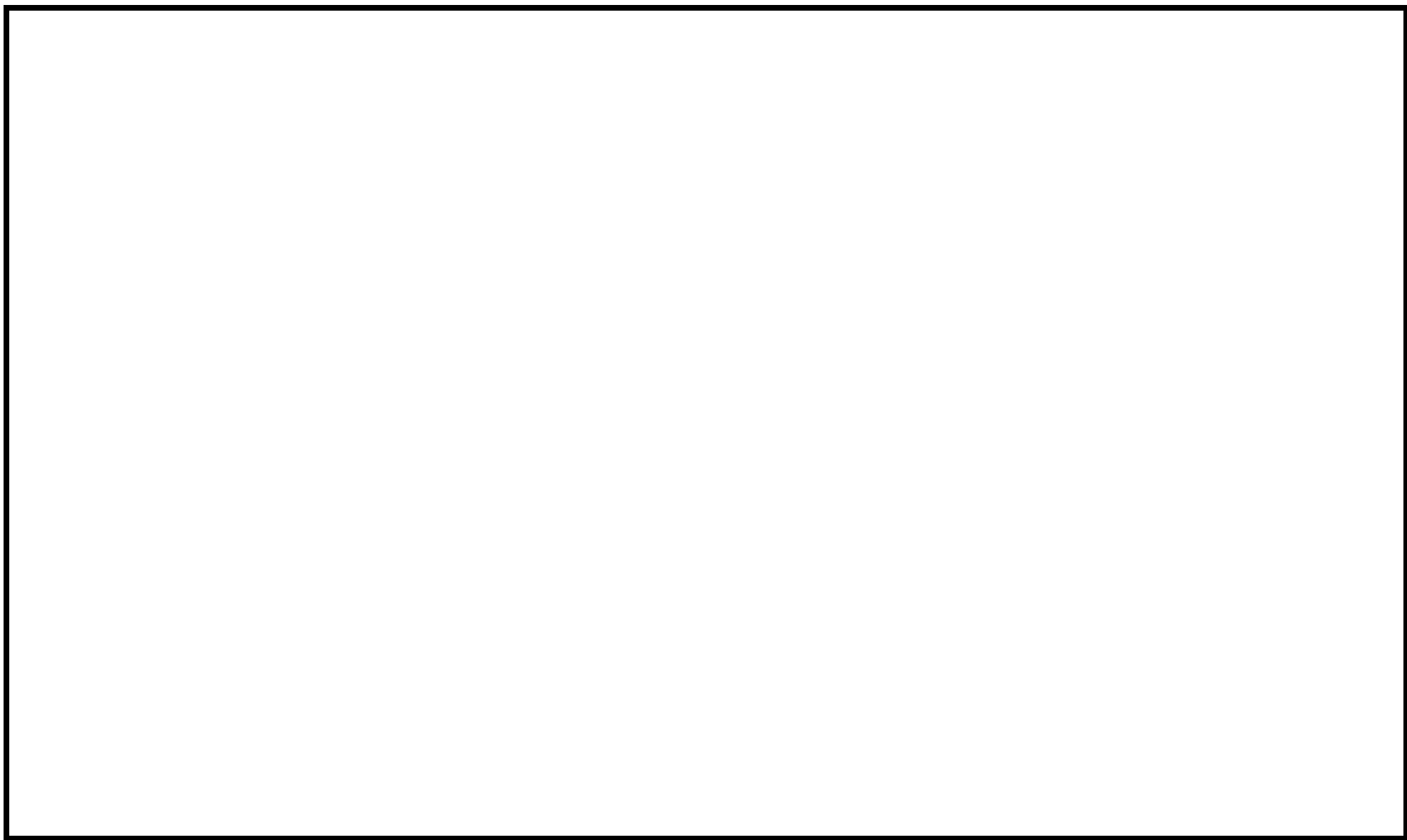
A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

O Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – CCA/ESAG, por sua vez, mostrou forte presença em atividades e projetos como a Implementação da Sede Administrativa da Associação de Artesãos da Grande Florianópolis - Magiarte e Oficinas de Qualificação para seus Participantes; Aprimoramento Acesso Nipe – Centro de divulgação das informações do núcleo e informação e orientação ao terceiro setor; Esag Sênior-Projeto de Capacitação de Pessoas da Melhor Idade; Oficinas de Gestão para as Associações de Moradores do Bairro da Lagoa da Conceição; Braço Amigo – implementação do braço social da Esag Jr.; Projeto AVOS - Associação de Voluntárias de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão; Projeto de Estruturação de um plano estratégico para captação de recursos voltados para organizações sem fins lucrativos.

Empenho semelhante pode ser observado nos Centros constituídos mais recentemente, como é o caso do CEO, CEAVI, CESFI e CERES – centros que, apesar de sua juventude, demonstram forte participação nos municípios em que se localizam.

A UDESC, por fim, ao longo dos anos vem consolidando uma cultura de relações e parcerias com as comunidades onde estão inseridos os seus Centros, abrindo assim importantes canais para a oferta de oportunidades de estágios, prática profissional, difusão cultural e desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas e projetos de promoção cultural de interesse da coletividade, em parceria com órgãos públicos e privados. Neste sentido, a IES mantém participação em um grande número de fóruns e entidades nacionais, estaduais e municipais, buscando sempre inserir-se como parceiro em projetos que demonstrem relevância social.

Esta dimensão está, portanto, muito além do referencial mínimo de qualidade.



4 - A comunicação com a sociedade.	CONCEITO	
		4,33
4.1 - Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
4.2 - Comunicação interna e externa.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
4.3 - Ouvidoria.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO IV

A Comunicação com a Sociedade

A política de comunicação na UDESC é definida pelo Consuni e promovida e executada pela Secretaria de Comunicação, órgão suplementar vinculado e subordinado ao Gabinete do Reitor. Há um conjunto de atribuições para esta Secretaria, entre elas

- promover constante relacionamento com a imprensa para facilitar a ação dos veículos de comunicação na busca de informações sobre a UDESC;
- divulgar os eventos científicos, educacionais, artísticos, esportivos e culturais realizados pela Universidade e a comunidade
- promover o marketing institucional;
- assessorar solenidades;
- editar mensalmente o boletim interno da UDESC, no qual constarão os atos oficiais da administração e as decisões dos Colegiados Superiores conforme Lei orgânica da UDESC.

Os principais veículos de comunicação são

1. Boletim Informativo mensal;
2. Rádios (A UDESC possui igualmente três emissoras de rádio FM, nas cidades de Florianópolis, Joinville e Lages, havendo igualmente possibilidade de ouvi-las pela internet);
3. Televisão (a UDESC participa da TV Educativa e é co-fundadora da Fundação Gerônimo Coelho);
4. A editora da UDESC;
5. Inserção das notícias da UDESC no Site Oficial do Governo;

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO IV (CONTINUAÇÃO...)

A Comunicação com a Sociedade

6. Eventos e projetos de extensão;
7. Publicação na página da UDESC;
8. Utilização do mailing do governo para facilitar a inserção de mais notícias em veículos do interior do Estado;
9. Criação do Setor de Comunicação na ESAG, no CEFID, na FAED, no CCT e no CEART. Os demais Centros são atendidos pela Assessoria de Imprensa da Reitoria;
10. Implementação de Portal de Periódicos para a publicação de Revistas Eletrônicas da UDESC.
11. Publicação periódica da Revista Eletrônica de Extensão UDESC em Ação;
12. Criação do Twitter, Orkut, Facebook;
13. Implementação do Portal Corporativo – Intranet;
14. Adoção do sistema de Ouvidoria do Estado de Santa Catarina pela UDESC e do sistema direto de Ouvidoria da UDESC;
15. Instituição de mecanismo de contato direto do cidadão com a UDESC por meio do Portal – Contatos.

Embora cada Centro de Ensino possua canais próprios de comunicação, além de iniciativas importantes de docentes de ocupar espaços nos meios de comunicação de massa, a instituição tem tido a preocupação de assegurar que em todos haja estrutura mínima para que a divulgação e a comunicação interna e externa possam acontecer de forma integrada. Opiniões emanadas dos diversos encontros com estudantes, professores, técnicos e dirigentes apontam para dois aspectos: 1) que a UDESC ainda encontra dificuldades para informar as suas realizações e comunicar o seu potencial acadêmico-científico à sociedade e 2) que esforço significativo vem sendo empreendido no sentido de sanar as deficiências encontradas, contratando pessoal especializado e de apoio, adquirindo equipamentos, fazendo funcionar a ouvidoria, estruturando uma agência de comunicação, etc.

Como destaca o relatório de autoavaliação, muito tem sido realizado nos últimos anos, havendo uma política já instituída, acompanhada de ações importantes e coerentes com esta política. Há uma ouvidoria interna associada à do estado, plenamente implementada e em funcionamento e devidamente divulgada na página de acesso eletrônico ao site da instituição. Há, no entanto, ainda espaço significativo para melhoras (contratação de mais profissionais da área da comunicação e lotação dos mesmos em todos os campi; editora com maior celeridade e com mais expressão; comunicação inter-centros mais ágil, integrada e mais adequada a uma instituição multicampi; maior usabilidade do site pelo público; melhor utilização dos sistemas de rádio e TV da instituição; promoção mais agressiva da identidade institucional da UDESC nos meios de comunicação; implementação de um plano de marketing institucional da Universidade, etc).

Por estas razões entendemos que os indicadores apontam para uma qualidade acima do referencial mínimo, com notas 4, 4 e 5, respectivamente.

5 - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	CONCEITO	
		4,50
5.1 - Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
5.2 - Formação do corpo docente.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
5.3 - Condições institucionais para os docentes.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
5.4 - Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
5.5 - Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD).	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
5.6 - Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD).	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO V

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Verificou-se que as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

Relativamente à titulação, constatou-se que 95% dos 780 professores efetivos possuem formação em nível de pós-graduação stricto sensu.

De forma geral, a experiência profissional e acadêmica é adequada às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Durante a realização de reuniões com os estudantes em cada unidade visitada foram registrados aspectos positivos em relação a formação e dedicação acadêmica dos professores, além do comprometimento da equipe técnica.

O Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica. Pode-se observar que as políticas de capacitação estão sendo praticadas, inclusive com o estímulo à formação docente e técnica. Conforme documentação apresentada, os quadros demonstrativos da IES apresentam um percentual de 95,64% de docentes em regime de Tempo Integral.

A UDESC conta atualmente com 789 servidores técnicos, ocupando os seguintes cargos: 235 técnicos universitários de desenvolvimento; 298 técnicos universitários de suporte; 198 técnicos universitários de execução; 50 técnicos universitários de serviço; e 8 Advogados funcionais. A formação e a experiência do corpo técnico-administrativo configuram um perfil adequado ao trabalho que desenvolvem e às políticas constantes no PDI, e no Planejamento Estratégico da IES. Pode-se constatar o ingresso recente de técnicos e a programação de contratação de outros mediante concurso público.

Após a visita in loco nas novas unidades de ensino, em especial nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos, São Bento do Sul, Balneário Camboriú e Ibirama, foi constatada a necessidade da lotação de técnicos em laboratórios de ensino. Todavia, observou-se também a realização de concurso público para tal finalidade não tendo nenhum candidato classificado para o respectivo ingresso.

No que tange à educação a distância, a UDESC oferta apenas o curso de graduação em Pedagogia, presente em 20 (vinte) polos de ensino UAB, contando atualmente com 55 tutores presenciais, destes 5 (9,10%) com título de mestre e outros 50 especialistas (90,90%), além de 21 tutores on line, neste caso 8 (38,10% mestres e outros 13 (61,90%) especialistas.

O que foi verificado atesta um quadro similar ao que expressa o referencial além do mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO V (CONTINUAÇÃO...)

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	CONCEITO	
	5,00	MUITO ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
6.1 - Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
6.2 - Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
6.3 - Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
6.4 - Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VI

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Constatou-se que a Instituição utiliza o Planejamento Estratégico (Plano 20 2010-2030) com o objetivo de nortear as linhas de desenvolvimento e crescimento da Universidade. Pode-se observar que neste processo estão definidas diretrizes para cada dimensão, demonstrando coerência da organização e da gestão institucional. Conforme depoimentos de diversos gestores da Universidade, o referido documento embasará a atualização do PDI.

De acordo com os registros oficiais, a estrutura organizacional da UDESC é integrada pelos seguintes órgãos de deliberação: a) Superior: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Curador (CONCUR), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e Conselho de Administração (CONSAD); b) Setorial: Conselho de Centro; c) Básico: Colegiado Pleno do Departamento, Colegiados de Ensino, e Comissões de Pesquisa e Extensão; e d) Consultivo Superior: Conselho Comunitário.

Durante o período de visita in loco a presente Comissão se reuniu com professores, técnicos e estudantes em todas as unidades acadêmicas e constatou o conhecimento e participação dos vários segmentos nos diversos colegiados institucionais. Em relação ao funcionamento e representatividade dos Conselhos e Colegiados de Curso, a Comissão verificou, por meio de documentos oficiais apresentados in loco pela IES, que há plena observância dos dispositivos regimentais e estatutários da Universidade. Conforme constatado, observa-se um quadro similar ao que expressa o referencial muito além do mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VI (CONTINUAÇÃO...)

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	CONCEITO	
		3,60
7.1 - Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
7.2 - Instalações gerais	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade
7.3 - Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD).	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
7.4 - Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
7.5 - Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD).	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VII

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A Comissão visitou as instalações das unidades de Florianópolis, Joinville, Laguna, Lages, Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos, Balneário Camboriú, São Bento do Sul e Ibirama. Na oportunidade foram verificados, de uma forma geral, os seguintes ambientes: laboratórios gerais e específicos; biblioteca; auditórios; salas de aula; instalações sanitárias; Hospital Veterinário; instalações administrativas (secretaria acadêmica, setor administrativo, entre outros); espaços de convivência, culturais e de lazer; prestação de serviço; instalações esportivas; estacionamento e demais ambientes. Da mesma forma, a IES apresentou um conjunto de recursos de informação e comunicação disponíveis à Comunidade Acadêmica e ao suporte das funções de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e gestão.

Ao confrontar a realidade dos ambientes verificados in loco com as indicações realizadas pela Universidade no Plano 20, constatou-se, de forma geral, haver coerência entre o planejado e o realizado até o momento da avaliação in loco. Contudo, pode-se registrar pontualmente os seguintes fatores críticos: a) as instalações destinadas ao curso de graduação em Enfermagem na unidade de Chapecó, divididas em dois prédios alugados, adaptados para oferta do curso, sem acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Registre-se ainda, que os laboratórios do curso de enfermagem estão ocupando um espaço físico considerado inadequado à recepção de alunos e desenvolvimento de tais atividades; b) providências estruturais, especialmente no que se refere a dimensionamento de energia elétrica, para o pleno exercício das atividades de laboratório, particularmente nas unidades de Pinhalzinho e São Bento do Sul. Neste item, pode-se constatar que a grande maioria dos laboratórios oferecem plenas condições de uso, porém merecem algumas providências no se refere a dimensionamento de uso e espaço físico ocupado. Por fim, pode-se constatar que existem projetos de expansão e construção de novos laboratórios, sendo mais críticos aqueles que são destinados à oferta dos cursos em implantação, hoje ainda em fase intermediária, e que nos próximos semestres carecem de laboratórios específicos. c) ações pontuais de manutenção de instalações e de segurança. Nas unidades de Pinhalzinho e São Bento do Sul observa-se a necessidade de ações pontuais de manutenção e conservação da obra entregue à UDESC, como por exemplo, serviços de pintura, e recolocação de piso cerâmico, dentre outros. Já na unidade de Chapecó e Pinhalzinho observou-se a necessidade de ações estruturais relacionadas a segurança, especialmente no que se refere a instalação de cerca e calçadas.

A infraestrutura física de suporte as atividades de ensino, pesquisa, prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, laboratórios didáticos e de pesquisa, apresentam, de forma geral, uma adequada condição para o seu desenvolvimento. Em todos os campi visitados, constatou-se que tais ambientes apresentam-se em quantidade e qualidade adequadas às finalidades e demandas verificadas in loco. Da mesma forma, pode-se constatar a existência de projetos de novas obras, algumas já licitadas e outras em execução que foram programadas para ampliação do espaço físico, especialmente para oferta dos novos cursos, ora em implantação. Registra-se a importância da realização das respectivas obras a fim de garantir a infraestrutura necessária para o exercício de tais atividades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VII (CONTINUAÇÃO...)

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A IES é credenciada para oferta da modalidade EAD, tendo iniciado somente a oferta do curso de pedagogia. No presente momento, está presente em 20 Polos UAB nas cidades de Araranguá, Blumenau, Braço do Norte, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Joinville, Laguna, Otacílio Costa, Palhoça, Palmitos, Pouso Redondo, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Treze Tilhas e Tubarão. Conforme observado in loco nos polos de Palmitos e São Bento do Sul e em consulta ao SISUB observa-se que dentre os 20 polos, 7 (35%) são considerados AA, 11 (55%) AP e outros 2 (10%) FR.

Os depoimentos de gestores e bibliotecários no momento da visita às bibliotecas confirmam ações adequadas para atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços das bibliotecas. Ressalte-se que a gestão dos recursos destinados à aquisição e atualização do acervo está definida em documentos oficiais e que este aspecto representa um aspecto positivo na opinião de estudantes e docentes. Destaca-se a disponibilização do Portal de Periódicos da CAPES, assim como do Portal de Artigos da Biblioteca Pergamum.

Dentre as bibliotecas visitadas, registre-se as boas condições de uso verificadas nos Centros de Ensino instalados nas cidades de Florianópolis, Joinville, Balneário Camboriú e Lages. Contudo, observou-se a necessidade de investimentos em infra-estrutura nos demais Centros e Unidades Acadêmicas, principalmente em relação à dimensão do espaço físico, bem como um reduzido número de ambientes para estudos individuais e em grupo. Cabe ressaltar que as unidades de ensino instaladas nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos, Laguna, São Bento do Sul e Ibirama apresentam projetos de ampliação e adequação dos ambientes mencionados, o que poderá solucionar os problemas apontados.

Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão é de qualidade similar ao referencial mínimo.

8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	CONCEITO	
		4,00
8.1 - Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.	5	Muito Além do Referencial Mínimo de Qualidade
8.2 - Autoavaliação institucional	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
8.3 - Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VIII

Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Os rumos da UDESC são baseados nos planos de longo prazo, PDI e Plano 20. Este contempla a estrutura de um plano convencional usado nos processos de planejamento estratégico de qualquer organização. A existência de uma pró-reitoria de planejamento e de um órgão suplementar (COAI), que cuida da autoavaliação da IES, é um bom indício de que o planejamento é uma atividade contínua e sistemática na IES. A autoavaliação institucional focaliza as dimensões do SINAES e mostra, de um modo geral, coerência com o PDI e com o Plano 20. Este indicador está além ao referencial mínimo de qualidade.

A autoavaliação está implantada na UDESC desde o PAUIB, mas com interrupções. Somente a partir de 2009 a IES decidiu reativar o projeto de Avaliação Institucional (Resolução 047/2009-CONSUNI) abrangendo os seus diversos stakeholders e as várias unidades acadêmicas e administrativas. Não foi verificado o envolvimento da comunidade externa no processo de autoavaliação, bem como pesquisa para ouvir alunos. Estes precisam ser estimulados a participarem. Há Centros onde o envolvimento de alunos foi baixíssimo. A CPA (Resolução 008/2009-CONSUNI) e as Comissões Setoriais foram constituídas e implantadas. Esta comissão externa de avaliação verificou que as mesmas funcionam de forma suficiente, divulga as análises e os resultados das avaliações, mas é preciso mais exercício, mais participação, mais divulgação para sua consolidação. Por exemplo, na FAED, segundo informações obtidas na reunião desta Comissão com os professores, apenas 23,5% do total de docentes da unidade participaram efetivamente da autoavaliação. O Relatório de Autoavaliação Institucional mostra que o CEFID e o CCT são as unidades mais participantes. A tentativa de implantar um módulo específico de autoavaliação no Sistema de Gestão Acadêmico (SIGA) ainda não obteve sucesso.

Este indicador está além do referencial mínimo de qualidade.

Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão apresenta um conceito além do referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO VIII (CONTINUAÇÃO...)

Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

No que se refere às ações acadêmicas e administrativas desencadeadas a partir da autoavaliação, não foram identificados indícios que permitam aferir o seu desenvolvimento, apesar das recomendações estarem previstas no Relatório de Autoavaliação. As fragilidades e as potencialidades, bem como as recomendações extraídas do processo de avaliação ainda não obtiveram a atenção devida. Embora possam ser identificados esforços para solucionar problemas levantados, o encaminhamento dos mesmos envolve um pequeno percentual de ações necessárias. Esse fato pode ser creditado, possivelmente, pelo pequeno interregno de tempo entre a autoavaliação e o momento da visita desta comissão (12 meses). Este indicador atende ao referencial mínimo de qualidade.

Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão apresenta um conceito além do referencial mínimo de qualidade.

9 - Políticas de atendimento aos discentes.	CONCEITO	
		3,50
9.1 - Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
9.2 - Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
9.3 - Condições institucionais de atendimento ao discente.	4	Além do Referencial Mínimo de Qualidade
9.4 - Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	2	Aquém do Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO IX

Políticas de atendimento aos discentes

A IES apresenta nos seus documentos oficiais (PDI, PPI) as seguintes ações de atendimento aos discentes: Programa de Apoio Psicopedagógico; Pesquisa; Iniciação Científica; Programa de Monitoria Remunerada, Monitoria Voluntária, Bolsa Permanência e Atividades de Extensão. A comissão verificou a existência destas atividades em todos os Centros da IES. No entanto, não se verifica distribuição proporcional homogênea, isto é, há Centros mais bem aquinhoados do que outros. As atividades de apoio psicopedagógico não fazem parte de uma política praticada na IES, resultando de iniciativas isoladas de professores ou grupos de professores, em algumas unidades.

A Comissão identificou programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais. Do ponto de vista interno, a UDESC promove o Seminário de Extensão Universitária (SEURS) e o Encontro de Extensão, mas não pode ser verificado o número de alunos participantes. No caso do Projeto Rondon, desde 2010 a UDESC e a comunidade interna tem participado, sobretudo alunos (546). Também são estimulados os Estágios não Obrigatórios (com bolsas de apoio discente). Em 2012 foram contabilizadas 51 bolsas mensais. A política de extensão da instituição carece de maiores discussões para assegurar a sua disseminação e operacionalização articulada nas diferentes unidades.

Este indicador está além do referencial mínimo de qualidade.

As ações referentes a este indicador estão previstas no PDI, PPI e Plano 20. A IES dispensa muita atenção à concessão de bolsas de várias modalidades para alunos de graduação e pós-graduação stricto sensu. No caso das bolsas, especificamente, há alunos monitoria na graduação (64% de aumento no período 2012/2008) e na pós-graduação (crescimento de 90%). O destaque fica por conta do CCT para monitoria de graduação, seguido do CAV. Demanda social-CAPES (298 bolsas em 2012), com destaque para o CAV (38% do total das bolsas). As bolsas de extensão (300 bolsas em 2012) foram destaque no CEART (20% do total). Os projetos PET contaram com 60 alunos bolsistas em 2012. A Bolsa de Apoio Discente contava com 494 alunos em dezembro de 2012. Há, também, bolsas de PIP, PIBIC e PIBID. A mobilidade externa abrangeu 115 alunos em viagens de intercâmbios, enquanto que o projeto Rondon 150 alunos em 2012 contra 50 em 2010. Vale ressaltar que as ações de extensão caíram 35% em relação a 2010.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO IX (CONTINUAÇÃO...)

Políticas de atendimento aos discentes

Ponto preocupante é a prática de bolsistas em atividades administrativas das unidades acadêmicas para preencher a falta de funcionários técnico-administrativos. Em toda a UDESC é notada a presença de bolsista exercendo a função de auxiliar/técnico de laboratório. Em alguns Centros há bolsistas exercendo função tipicamente administrativa. O Serviço de Atendimento ao Acadêmico e ao Servidor (SAAS) está previsto nos documentos oficiais da IES, mas os esforços são isolados de atendimento psicológico (CEFID e CAV, este via convênio com a Univille). Essa deficiência prejudica, inclusive, a permanência de alunos na IES. O próprio relatório de autoavaliação não revela ações corretivas para essa ação. A IES tem um programa de acesso amplo aos seus cursos de graduação. Tradicionalmente via vestibular e, mais recentemente (Resolução 027/2011-CONSEPE), por meio de Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso após Abandono, Retorno aos Portadores de Diploma de Curso de Graduação e Retorno para nova habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC. Há, também, ações afirmativas, como acessibilidade de PNE e política de cotas (20% das vagas são para egressos do ensino fundamental e médio de escola pública e 10% para negros), desde 2011.

Este indicador está além do referencial mínimo de qualidade.

Nos documentos da IES está previsto programa “de criação de oportunidades de formação continuada”. No entanto, não há um programa implantado para atender a esta estratégia. Foram verificadas ações de ingressos na graduação via Retorno aos Portadores de Diploma de Curso de Graduação e Retorno para nova habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC. Também há cursos de extensão e de especialização. O Plano Estratégico da UDESC (Plano 20) e o PDI preveem a estratégia de “implementar ferramentas de acompanhamento de egressos”. Aliás, esta ação estratégica permeia todos os documentos acessados por esta Comissão Externa. No entanto, a estratégia não se materializou na UDESC, fato reconhecido no próprio relatório de autoavaliação. Há ações isoladas na ESAG (banco de dados desde 1969), no CEFID e CCT (rede sociais) e SECOM (implantação do portal do egresso), mas não há avaliação de seu desempenho.

Este indicador está aquém do referencial mínimo de qualidade.

Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão apresenta um conceito similar ao referencial mínimo de qualidade.

10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	CONCEITO	
	10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	3,00
10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade
10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	3	Similar ao Referencial Mínimo de Qualidade

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO X

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Ao analisar as ações constantes no Plano 20 verifica-se que os recursos orçamentários planejados para as ações previstas no escopo destes Planos não são suficientes para a sua concretização. A UDESC, por ser uma fundação pública (criada e sustentada pelo Estado), é mantida pelo Estado de SC, conforme previsto no art. 39 da Constituição Estadual, sendo os recursos repassados em duodécimos. O valor do orçamento é previsto, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para 2013, corresponde a 2,49% da Receita Líquida Disponível do Estado de SC (Lei Estadual Nº 15.857/2012), contra 2,05% para 2010 e 2,1% para 2011 e 2012. A receita estimada da UDESC totalizou, em 2011, R\$ 237 milhões, sendo 93% do Tesouro (duodécimos) e 4,4% de outras fontes do Estado de SC (Fundo Social e SEITEC). O percentual de receita própria é próximo de zero. Pessoal representa 75% do total das despesas.

O orçamento executado da IES tem crescido desde 2008, chegando a 2012 com 73% a mais (valores correntes). Entre 2011 e 2012, o montante aumentou apenas 4%, crescimento não alinhado com as necessidades (prédios e instalações para implantação de novos cursos, nomeação de professores efetivos e técnicos de laboratórios) previstas no Plano 20. A parcela média de investimento anual é de pouco mais de 10% do gasto total da UDESC. Desde 2009 a parcela vem caindo, chegando em 2012 no pior resultado da série histórica (2008/2012), ou seja, 5,1%.

O cenário orçamentário da IES foi favorável nos últimos anos. Em 2012, mesmo com diversas obras em andamento, o repasse ficou abaixo do previsto (na ordem de R\$ 17 milhões). O valor do orçamento depende, anualmente, do Poder Executivo, não garantindo nem estabilidade nem crescimento, o que pode comprometer os investimentos previstos para implantação e melhoria de cursos e centros e para a manutenção da IES.

É importante destacar que estão previstas ações que envolvem grandes recursos financeiros, tais como: construção de campi, obras de acessibilidade, implantação de laboratórios específicos de aprendizagem, laboratórios de informática, novos cursos de graduação, fomento às atividades de pesquisa, consolidação da autoavaliação, entre tantas outras.

Mais de 97% das fontes de receitas da IES são originárias do Estado de SC. O percentual de receita própria é próximo de zero. Isso significa que a IES depende quase que totalmente do Estado de SC. Os documentos da UDESC falam em aumento da receita via Estado de SC, fontes federais e outras (receitas próprias). Segundo informações da IES, de 2012 a 2014 há necessidade de investimentos da ordem de R\$ 150 milhões para suportar os cursos atuais e aqueles em implantação decorrentes da expansão da UDESC no último decênio. Este montante pode estar subavaliado se considerar prédios e instalações e equipamentos. Por exemplo, para implantação do único curso do CESFI estão previstos investimentos de R\$ 12 milhões. No entanto, se considerarmos uma área total a ser construída de 15.000 m², sendo 4.600 m² de laboratórios, incluindo equipamentos e instalações sofisticados, o montante pode chegar a R\$ 30-35 milhões. A necessidade prevista de recursos para implantação das fazendas experimentais do CEV e do CEO, de R\$ 10 milhões, pode chegar a muito mais (R\$ 20 milhões).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO X (CONTINUAÇÃO...)

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

As condições nas instalações onde se desenvolvem os programas de ensino e extensão, conforme verificação in loco, assim como a quantidade de laboratórios especializados para dar suporte às propostas pedagógicas, indicam a existência de políticas efetivas para aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico. No entanto, essa prática parece estar concentrada nas cidades de Florianópolis, Lages e Joinville. Outros Centros têm recebido menor atenção, como é o caso do CEO, CEPLAN, CEAVI, CESFI. Do total da receita orçamentária de 2011, 18% foram destinados a despesas de capital, o que é um montante significativo (R\$ 31,4 milhões), mas não suficiente para dar conta da expansão da UDESC com novos Centros e cursos criados.

A execução orçamentária da IES não chega aos 100% do orçamento. A média dos últimos 5 anos (2008/2012) foi de 92,3%, com máximo em 2008 (96,1%) e mínimo em 2009 (86,5%). Dado relevante é que o pior desempenho da execução orçamentária é em investimento (média de 78,9% no período), sendo que em 2012 o percentual ficou em 77,3%. Em outras, não se pode contar com o total de dotação orçamentária para investimento previsto na Lei Orçamentária Anual, o que compromete a implantação dos cursos e centros criados recentemente, além da qualidade de cursos já consolidados.

Por estas razões, entendemos que os indicadores apontam que esta dimensão apresenta um conceito similar ao referencial mínimo de qualidade.

REQUISITOS LEGAIS

Estes itens são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores deverão fazer o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

ORD	INDICADOR	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	SIM	NÃO
01	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decr. 5.296/2004).	A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?	X*	
02	Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes e percentual mínimo de docentes com pós-graduação stricto sensu, de acordo com os artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996. Faculdades: No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes (art. 66 da Lei nº 9.394/1996).	Universidades e Centros Universitários: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu e a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado? Faculdades: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu?	X	
03	Regime de Trabalho do Corpo Docente Para Universidades: um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Para Centros Universitários: um quinto do corpo docente em regime de tempo integral (Decreto 5.786/2006 – Art.1º).	Universidades: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente em regime de tempo integral ? Centros Universitários: a instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral?	X	
04	Plano de Cargo e Carreira O Plano de Cargo de Carreira deve estar protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego.	O Plano de Cargo de Carreira está devidamente protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego?	X	
05	Forma Legal de Contratação de Professores (IES privadas). As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício (CLT, arts. 2º e 3º).	A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício ?	X	

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

* Cabe destacar que, no tocante à acessibilidade, a grande maioria dos prédios atende às exigências da legislação. Alguns prédios, no entanto, (Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN, em São Bento do Sul e as instalações atuais do curso de Enfermagem em Chapecó), não atendem ao estabelecido no Decreto 5.296/2004, devendo merecer atenção especial da Alta Administração.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS (CONTINUAÇÃO...)

RESUMO GERAL DA AVALIAÇÃO		
CONCEITO FINAL	4,30	ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
DIMENSÃO	CONCEITO	
1 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	5,00	MUITO ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
2 - A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	4,43	ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	5,00	MUITO ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
4 - A comunicação com a sociedade.	4,33	ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
5 - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	4,50	ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	5,00	MUITO ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	3,60	SIMILAR AO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	4,00	ALÉM DO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
9 - Políticas de atendimento aos discentes.	3,50	SIMILAR AO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE
10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	3,00	SIMILAR AO REFERENCIAL MÍNIMO DE QUALIDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

A Comissão de avaliação designada através Portaria nº030/CEE/SC, constituída pelos professores Doutores Dario de Oliveira Lima Filho, Alexandre Marino Costa e Dilvo Ilvo Ristoff, realizou a Avaliação Institucional Externa da Universidade do Estado de Santa Catarina, visitando todos os Centros da Instituição. A IES foi constituída como Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Estadual nº 2.802, de 20/05/1965 e reconhecida pela Portaria Ministerial nº 893/1985. Em 1990 a UDESC foi transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina pela Lei Estadual nº 8.092, de 01/10/1990. O atual Estatuto foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.184/2006, assim o Regimento Geral (Resolução nº 044/2007-CONSUNI). A UDESC é uma Instituição pública, gratuita, autônoma, mantida pelo Estado de SC. Entre 2001 e 2011 a IES ampliou de 17 para 47 cursos de graduação. Oferece, ainda, 30 cursos de pós-graduação stricto sensu – 8 doutorados e 22 mestrados. A verificação in loco foi realizada nos períodos de 03 a 07/12/2012 e de 25/02 a 01/03/2013.

Dimensão 1 – Conceito 5: A Comissão constatou que no PDI estão definidas Missão, Visão, Valores, Políticas Norteadoras, Objetivos Institucionais, Diretrizes da política pedagógica, Política para a pesquisa, a pós-graduação e a Extensão, Política para a inclusão social, Áreas de Atuação, Programas, Metas, Cronograma de Implantação e Expansão, entre outros elementos fundamentais. Os objetivos estabelecidos no PDI até 2010 têm sido socializados e buscados nos últimos anos em todos os campi, áreas do conhecimento e atuação, comprovado pelo crescimento da IES no ensino, na pesquisa e na extensão, na graduação e na PG. Esta dimensão é considerada como muito além do referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 2 – Conceito 4,43: As diretrizes que definem a política de ensino de graduação, PG, pesquisa e extensão estão em sintonia com as orientações nacionais. Estas diretrizes são coerentes com as práticas cotidianas na Udesc. Os dados revelam que vários indicadores positivos e bons resultados emanam destas políticas e diretrizes. Este indicador está além do referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 3 – Conceito 5: A responsabilidade social (RS) tem sido um dos fios condutores da sua ação programática. Ao adotar as dimensões do Sinaes definiu o entendimento de que a RS da instituição deve ser considerada “especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. A IES vem implementando ações afirmativas de inclusão social em várias frentes, mas talvez o processo de interiorização da IES pública e gratuita seja por si só uma política de inclusão das mais importantes no contexto catarinense, contrapondo-se ao processo histórico de litoralização da população e do desenvolvimento. O estabelecimento de políticas de acesso e permanência dos estudantes da UDESC mostrou avanços nos últimos anos, embora nem todos os cursos da IES mostrem que esta política tenha sido bem sucedida.

Dimensão 4 – Conceito 4,33: Embora cada Centro de Ensino possua canais próprios de comunicação, além de iniciativas de docentes de ocupar espaços nos meios de comunicação de massa, a IES tem tido a preocupação de assegurar que em todos haja estrutura mínima para que a divulgação e a comunicação interna e externa possam acontecer de forma integrada. As reuniões desta Comissão com os stakeholders mostram que a UDESC ainda encontra dificuldades para informar as suas realizações e comunicar o seu potencial acadêmico-científico à sociedade. Há, ainda, espaço para aperfeiçoamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES (CONTINUAÇÃO...)

Dimensão 5 – Conceito 4,5: Verificou-se que a política de pessoal praticada pela IES está coerente com o PDI. Relativamente à titulação, 95% dos 780 professores efetivos possuem formação em nível de PG stricto sensu. O Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade interna. Quase 96% dos docentes estão em regime de Tempo Integral. Constatou-se nas novas unidades de ensino, em especial em Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos, São Bento do Sul, Balneário Camboriú e Ibirama, a necessidade de técnicos em laboratórios de ensino. A situação atesta um quadro similar ao que expressa o referencial além do mínimo de qualidade.

Dimensão 6 – Conceito 5: A IES utiliza o Plano 20 com o objetivo de nortear os rumos da IES. Neste processo estão definidas diretrizes para cada dimensão, demonstrando coerência da organização e da gestão institucional. Relatos de diversos gestores da Universidade, o referido documento embasará a atualização do PDI. O funcionamento e representatividade dos Conselhos e Colegiados de Curso mostra que há plena observância dos dispositivos regimentais e estatutários da Universidade.

Dimensão 7 – Conceito 3,60: Ao confrontar a realidade dos ambientes verificados in loco com as indicações realizadas pela IES no PDI, constatou-se haver coerência entre o planejado e o realizado. Contudo, registra-se os seguintes fatores críticos: a) as instalações destinadas ao curso de graduação em Enfermagem em Chapecó não dispõem de acessibilidade aos PNE; b) providências estruturais, como dimensionamento de energia elétrica, particularmente em Pinhalzinho e São Bento do Sul.

Neste item, constata-se que a maioria dos laboratórios oferecem plenas condições de uso, porém merecem algumas providências sobre o dimensionamento de uso e espaço físico ocupado. Por fim, pode-se constatar que nos próximos semestres haverá carência de laboratórios específicos; e c) ações pontuais de manutenção de instalações e de segurança. Em Pinhalzinho e São Bento do Sul há necessidade de ações pontuais de manutenção e conservação de prédios. Em Chapecó e Pinhalzinho são necessárias ações estruturais relacionadas à segurança. A infraestrutura física de suporte ao ensino, pesquisa, prática de esportes, à cultura e ao lazer, laboratórios didáticos e de pesquisa, apresentam, de forma geral, uma adequada condição para o seu desenvolvimento. Constatou-se que tais ambientes apresentam-se em quantidade e qualidade adequadas às finalidades e demandas. Também pode-se constatar a existência de projetos de obras, especialmente para oferta de cursos em implantação. Entrevistas confirmam ações adequadas para atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços das bibliotecas. A gestão dos recursos destinados à atualização do acervo é um aspecto positivo. Verificaram-se plenas condições em Florianópolis, Joinville, Balneário Camboriú e Lages. Contudo, observou-se a necessidade de investimentos em infraestrutura nos demais Centros.

Dimensão 8 – Conceito 4: Os rumos da UDESC são baseados no PDI e Plano 20. A existência de uma pró-reitoria de planejamento e de um órgão suplementar (COAI), que cuida da autoavaliação da IES, é um bom indício de que o planejamento é uma atividade contínua e sistemática na IES. A autoavaliação toma as dimensões do SINAES e mostra coerência com o PDI e Plano 20. Não foi verificado o envolvimento da comunidade externa na autoavaliação e de pesquisa para ouvir alunos. A CPA e as Comissões Setoriais foram constituídas e implantadas. As mesmas funcionam de forma suficiente, divulga as análises e os resultados das avaliações, mas é preciso mais exercício, mais participação, mais divulgação para sua consolidação. No que se refere às ações desencadeadas a partir da autoavaliação, não foi possível aferir o seu desenvolvimento, apesar das recomendações estarem previstas no Relatório de Autoavaliação. As fragilidades e as potencialidades e as recomendações extraídas do processo de avaliação ainda não obtiveram a atenção devida. Embora haja esforços para solucionar problemas levantados, isso foi feito em parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES (CONTINUAÇÃO...)

Dimensão 9 – Conceito: 3,50: Há ações de atendimento aos discentes em todos os Centros, mas não de forma homogênea. O apoio psicopedagógico não é praticado. Há iniciativas isoladas. Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais. A UDESC promove três grandes eventos e há iniciativas dispersas. A IES dispensa muita atenção à concessão de bolsas na graduação e PG. As ações de extensão caíram 35% em relação a 2010. Preocupa a prática de bolsistas em atividades técnico-administrativas, exercendo a função de auxiliar/técnico de laboratório. A IES tem um programa de acesso amplo aos seus cursos de graduação. Há, também, ações afirmativas, como acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais e política de cotas, desde 2011. O Plano 20 e o PDI preveem a estratégia de “acompanhamento de egressos”, mas a mesma ainda não se materializou na UDESC, apesar da existência de ações isoladas.

Dimensão 10 – Conceito 3: Os recursos atuais e previstos não permitem a implantação total das ações do Plano 20. A parcela média de investimento anual é de pouco mais de 10% das despesas totais. Desde 2009 a parcela vem caindo, chegando em 2012 ao pior resultado da série histórica (2008/2012), ou seja, 5,1%. O cenário orçamentário da IES foi favorável nos últimos anos. Em 2012, mesmo com diversas obras em andamento, o repasse ficou abaixo do previsto. É importante destacar que estão previstos projetos que envolvem grandes recursos financeiros. A IES assegura que de 2012 a 2014 há necessidade de R\$ 150 milhões de investimentos para melhoria dos cursos atuais e implantação de novos. Este montante pode estar subavaliado se forem considerados prédios, instalações e equipamentos. Verificou-se a existência de políticas efetivas para aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico, mas a prática está mais concentrada em Florianópolis, Lages e Joinville. Outros Centros têm recebido menor atenção. Do total da receita executada em 2012, apenas 5,1% foram destinados a investimento, não suficiente para dar conta da expansão. Significa que a IES deveria analisar cuidadosamente a possibilidade de criar novos cursos.

Quanto aos requisitos legais, constata-se que a UDESC atende plenamente a todos, exceto no tocante à acessibilidade. A grande maioria dos prédios atende as exigências da legislação.

Concluindo, a UDESC alcançou conceito final 4,30, apresentando um desempenho além dos referenciais mínimos de qualidade dispostos neste Instrumento de Avaliação, assim como na legislação vigente e nas orientações e diretrizes do Ministério da Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Florianópolis, 1º de março de 2013.

Dilvo Ilvo Ristoff

Alexandre Marino Costa

Dario de Oliveira Lima Filho